

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### NORMA I

##### Âmbito de Aplicação

A Instituição designada por Associação Humanitária de Salreu, com acordo de cooperação para a resposta social de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) celebrado com o Centro Distrital de Aveiro, em 30/08/1999, Instituição Particular de Solidariedade Social (n.º52/94), com carácter jurídico de Utilidade Pública rege-se pelas seguintes normas.

#### NORMA II

##### Legislação Aplicável

Esta Instituição prestadora de serviços rege-se igualmente pelo estipulado nas disposições legais e técnicas enquadradoras da resposta social, entre as quais se inclui o Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de Novembro, o Despacho Normativo n.º 75/92 de 20 de Maio; a Circular n.º 04 de 16/12/2014 e n.º 05 de 23/12/2014 da DGS; Decreto-lei n.º 64/2007 de 14 de Março, alterado pelo Decreto-lei no 99/2011 de 28 de setembro e Decreto – Lei 33/2014, Circulares n.º 4 e 5 de 16/12/2014 e de 23/12/2014 respetivamente,; Portaria 67/2012 de 21 de Março e demais legislação em matéria de cooperação e outra legislação complementar publicada e a publicar.

##### Definição da Resposta Social

A Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) define-se como uma estrutura na qual são desenvolvidas atividades de apoio social a pessoas idosas durante um alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, com fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e a ocupação dos tempos livres de idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

A presente resposta social visa prestar apoio social não apenas às pessoas idosas, mas também paralelamente aos seus familiares e cuidadores, que assumem em conjunto com as pessoas idosas e equipa profissional um papel ativo no desenvolvimento do serviço prestado pela instituição.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## NORMA III

### Objetivos do Regulamento

O presente Regulamento Interno de Funcionamento visa:

1. Promover o respeito pelos direitos dos utentes e demais interessados
2. Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do Instituição/estrutura prestadora de serviços
3. Promover a participação activa dos utentes ou seus representantes legais ao nível da gestão das respostas sociais

### Objetivos Gerais

Constituem objetivos gerais da estrutura residencial, designadamente, os seguintes:

1. Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;
2. Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;
3. Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar;
4. Potenciar a integração social

### Objetivos Específicos

1. Assegurar a satisfação das necessidades básicas da pessoa - alojamento, alimentação, saúde, higiene, conforto e ocupação/lazer;
2. Promover a continuidade ou o restabelecimento das relações familiares e de vizinhança;
3. Garantir e respeitar a independência, a individualidade, a privacidade e a livre expressão de opinião;
4. Assegurar o tratamento e acompanhamento psicossocial;
5. Favorecer os sentimentos interação, auto-estima e segurança;
6. Contribuir para a estabilização e o retardamento do processo de envelhecimento.

## NORMA IV

### Serviços Prestados e Atividades Desenvolvidas

- A ERPI presta um conjunto de atividades e serviços, designadamente:
  1. Alimentação adequada às necessidades dos residentes, respeitando as prescrições médicas;

## REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

2. Cuidados de higiene pessoal;
  3. Tratamento de roupa;
  4. Higiene dos espaços;
  5. Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais que visem contribuir para um clima de relacionamento saudável entre os residentes e para a estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas;
  6. Apoio no desempenho das atividades da vida diária;
  7. Cuidados de enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde;
  8. Administração de fármacos, quando prescritos;
  9. Transporte ao exterior;
  10. Serviço de podologia;
  11. Cabeleireiro;
  12. Fisioterapia;
  13. Hidroginástica;
  14. Terapia ocupacional;
  15. Gerontomotricidade;
  16. Nutrição.
- A ERPI deve permitir:
    1. A convivência social, através do relacionamento entre os utentes e destes com os familiares e amigos, com os cuidadores e com a própria comunidade, de acordo com os seus interesses;
    2. A participação dos familiares ou representante legal, no apoio ao utente sempre que possível e desde que este apoio contribua para um maior bem-estar e equilíbrio psicoafectivo do utente.
  - A ERPI pode, ainda, disponibilizar outro tipo de serviços, visando a melhoria da qualidade de vida do utente, nomeadamente, fisioterapia, hidroterapia, psicomotricidade, nutricionista, cuidados de imagem e transporte.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

- A ERPI deve ainda permitir a assistência religiosa, sempre que o utente o solicite, ou, na incapacidade deste, a pedido dos seus familiares ou representante legal

## CAPÍTULO II

### PROCESSO DE ADMISSÃO DOS UTENTES

#### NORMA V

##### Condições de Admissão

São condições de admissão neste Instituição/serviço:

1. A admissão é feita pela Mesa da Direção com base em proposta feita pela Técnica de Serviço Social e obedece aos seguintes critérios:
2. Possuir idade igual ou superior a 65 anos, salvaguardando no entanto com carácter excepcional a admissão de candidatos com menos idade cuja situação sócio/económica/saúde o justifique.
3. Não apresentar perturbação mental grave que ponha em risco a integridade física dos outros utentes ou perturbe o normal funcionamento da ERPI.
4. Manifeste vontade em ser admitido.

#### NORMA VI

##### Candidatura

1. A família e o utente são recebidos pelo pessoal administrativo.
2. O atendimento é efetuado por ordem de chegada; É fornecido às famílias toda a informação e documentos disponibilizados necessários para a elaboração da ficha de inscrição. É feita a marcação prévia com a DT.

Para efeitos de admissão, o utente deverá candidatar-se através do preenchimento de uma ficha de identificação que constitui parte integrante do processo de utente, devendo fazer prova das declarações efetuadas, mediante a entrega de cópia dos seguintes documentos:

1. Bilhete de Identidade / Cartão do Cidadão do utente e do representante legal;
2. Cartão de Contribuinte do utente e do representante legal;

## REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

3. Cartão de Beneficiário da Segurança Social e/ou de outro Sistema em que o utente é simultaneamente beneficiário;
4. Cartão de Utente dos Serviços de saúde ou de subsistemas a que o utente pertença;
5. Boletim de vacinas e relatório médico, comprovativo da situação clínica do utente atestando o estado de saúde ser compatível com a frequência da resposta social.
6. Comprovativo dos rendimentos do utente, cujo agregado a considerar é apenas a pessoa destinatária da resposta;
7. Comprovativos de despesas, de acordo com a Circular nº 4 de 16 de dezembro de 2014, bem como o estipulado no Acordo de Cooperação para o ano em vigor para efeitos de cálculos da mensalidade.
8. A ficha de identificação e os documentos probatórios referidos no número anterior deverão ser entregues à Diretora Técnica da Associação Humanitária de Salreu;

No atendimento das famílias é preenchida a Ficha de Inscrição e de Avaliação Inicial de Requisitos e são prestadas informações sobre o funcionamento da resposta, são sensibilizados para toda a documentação afixada em placares informativos de acordo com as exigências do ISS. A avaliação inicial de requisitos tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos mínimos de admissibilidade, conforme o definido na Ficha de Avaliação Inicial de Requisitos devendo o seu tratamento assegurar a confidencialidade das informações prestadas pelo utente.

A entrevista tem como principal objetivo clarificar e aprofundar as informações facultadas no preenchimento da Ficha de Avaliação Inicial de Requisitos.

Deve ainda ser efetuado o levantamento das necessidades do utente e/ou significativas, assim como as suas expectativas face aos serviços que gostaria(m) de contratualizar e a instituição avaliar a capacidade de as satisfazer.

Deverão ser esclarecidas eventuais dúvidas do utente sobre o processo de candidatura e sobre a informação/documentação fornecida tendo em conta os Critérios de Admissão constantes no Regulamento Interno da respetiva resposta social.

3. O período das candidaturas decorre durante todo o ano, no horário das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00h.
4. A ficha de identificação e os documentos probatórios referidos no número anterior deverão ser entregues na Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) da Associação Humanitária de Salreu, diretamente à Diretora Técnica.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

5. Em caso de admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação de candidatura e respectivos documentos probatórios, devendo todavia ser desde logo iniciado o processo de obtenção dos dados em falta.
6. A AHS define para os critérios atrás referidos uma matriz de ponderação e pontuação.

## NORMA VII

### Critérios de Admissão

São critérios de prioridade na seleção dos utentes:

1. Situação de carência económica, que não garanta a sua subsistência; (critério de ponderação = 25%)
2. Situação de dependência relativa (pela sua condição física ou psíquica percam a sua autonomia);  
(critério de ponderação = 20%)
3. Falta de apoio familiar ou outro; (critério de ponderação = 15%)
4. Isolamento social ou geográfico; (critério de ponderação = 14%)
5. Idoso que tenha outros parentes, nomeadamente cônjuge já internado na Instituição; (critério de ponderação = 10%)
6. Insuficiência de condições habitacionais que impossibilitem a permanência no domicílio, mesmo com apoio domiciliário; (critério de ponderação = 8 %)
7. Vontade expressa do utente em frequentar a ERPI; (critério de ponderação = 5%)
8. Residente ou natural na freguesia de Salreu, ou no Concelho de Estarreja; (critério de ponderação = 3%)

A prioridade de cada admissão será encontrada pela conjugação de critérios de ponderação e só em caso de empate funcionará a antiguidade da data de inscrição.

A estes critérios excluem-se as vagas geridas pela Segurança Social.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## NORMA VIII

### Admissão

1. Recebida a candidatura, a mesma é analisada pelo responsável técnico desta Instituição/serviço, a quem compete elaborar a proposta de admissão, quando tal se justificar, a submeter à decisão da entidade competente.
2. É competente para decidir a Direção da Associação Humanitária de Salreu. Da decisão será dado conhecimento ao utente no prazo de 2 dias.
3. No ato da admissão são devidos os seguintes pagamentos: a mensalidade estipulada (de acordo com a Circular Normativa nº 4 de 16/12/2014, bem como de acordo com o estipulado no Protocolo de Cooperação para o ano em vigor).
4. O pedido de admissão será subscrito pela pessoa candidata ou por seu representante e deverá ser apresentado nos serviços administrativos da Associação Humanitária de Salreu, para efeitos de registo cronológico;
5. O pedido é registado na instituição em programa informático e é celebrado o contrato de prestação de serviços.

## NORMA IX

### Acolhimento dos Novos Utentes

1. Marcar data de início da prestação dos serviços;
2. Efetuar a recolha e o tratamento de toda a informação relativa ao utente, obtida durante a fase da candidatura, bem como da avaliação das necessidades do utente e expectativas iniciais deste e dos seus representantes legais (inclusive informação da entrevista de avaliação diagnóstica)
3. Efetuar uma reunião com a equipa técnica para análise das especificidades do utente, para detetar se no primeiro dia da prestação de serviços esta necessitará de algum acompanhamento especial.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

4. Efetuar uma reunião conjunta com a equipa técnica e ajudante (s) de ação direta, para passagem de informação relevante face às especificidades do idoso, nomeadamente aos colaboradores que lidarão mais direta e frequentemente com ele.
5. Efetuar reuniões ou articulações com outras áreas, colaboradores, pessoas significativas do utente, voluntários, entre outros, que se considere pertinente, para o sucesso do acolhimento do utente.

## NORMA X

### Processo Individual do Utente

A Instituição organiza os processos individuais dos utentes, dos quais constam, para além da identificação pessoal, elementos sobre a situação social e financeira, necessidades específicas dos utentes, bem como outros elementos relevantes

O processo individual do utente é elaborado com respeito pelo seu projeto de vida, suas potencialidades e competências, do qual constam, designadamente:

1. Identificação do utente;
2. Data de admissão;
3. Identificação do médico assistente;
4. Identificação e contato do representante legal ou dos familiares;
5. Identificação da situação social;
6. Exemplar do contrato de prestação de serviços;
7. Processo de saúde, que possa ser consultado de forma autónoma;
8. Plano individual (PI), o qual deve conter as atividades a desenvolver, o registo dos serviços prestados e a identificação dos responsáveis pela elaboração, avaliação e revisão do PI;
9. Registo de períodos de ausência, bem como de ocorrências de situações anómalas;
10. Cessação do contrato de prestação de serviços com indicação da data e motivo.

O processo individual deve estar atualizado e é de acesso restrito nos termos da legislação aplicável

1. A Inscrição tem por objetivo diagnosticar a necessidade e a adequabilidade do acolhimento na ERPI, mediante a recolha e tratamento de informações relativas ao condicionalismo pessoal, familiar e sócio-económico do candidato.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

2. A ERPI poderá dispensar a prévia realização de inquérito social, nos casos em que tal se mostre necessário ou conveniente.
3. A decisão da admissão é da competência da Direção da Associação Humanitária de Salreu, que, para o efeito, terá designadamente em consideração os resultados da inscrição que tiver sido realizada.
4. Sempre que as circunstâncias tal aconselhem ou permitam será solicitado aos familiares, ou aos responsáveis pelo pedido de acolhimento que assumam:
  - a. A obrigação de acompanhar e apoiar a pessoa a acolher durante a estadia na ERPI;
  - b. A responsabilidade de providenciar pela receção do utente em caso de inadaptação, bem assim como em caso de cessação ou suspensão a qualquer título do respectivo contrato de alojamento.
5. A ERPI deve manter atualizado o processo individual, que será organizado em três vertentes, processo administrativo, processo social e processo clínico.

## Processo Administrativo

O Processo Administrativo deverá conter:

1. A identificação do utente com nome, sexo, data de nascimento, estado civil e nacionalidade;
2. A data de entrada, de saída e o motivo desta;
3. Nome, endereço e telefone de familiar ou de outra a contactar em caso de necessidade;
4. Montante da comparticipação familiar e identificação do responsável ou responsáveis pelo respectivo pagamento;
5. A referenciação da conta-corrente relativa ao registo contabilístico dos créditos e débitos de cada utente;
6. Outras informações de interesse.

## Processo Social

O processo Social deverá conter:

1. Ficha de Inscrição;
2. Ficha de avaliação Inicial de Requisitos;
3. Ficha de avaliação diagnóstica;
4. Plano Individual;

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

5. Plano de acolhimento do utente;
6. Relatório social;
7. Relatório de Integração;
8. Cessação do contrato, com data e motivo;
9. Contrato de prestação de serviços;
10. Autorização para fotografar e filmar;
11. Lista de Pertences do utente;
12. Plano de atividades mensal;
13. Mapa de presenças e avaliação de atividades;
14. Plano de atividades e desenvolvimentos pessoal;
15. O registo das ocorrências.

## Processo Clínico

O processo clínico deverá conter:

1. O registo das observações realizadas, com expressa referência às especialidades farmacêuticas prescritas, aos exames efetuados e aos tratamentos instituídos, bem como às respetivas datas;
2. A identificação dos responsáveis pela determinação e execução destes atos e procedimentos;
3. Sempre que tal seja julgado conveniente, nomeadamente, pelo médico assistente, a ERPI pode solicitar aos utentes, por si ou através dos seus representantes, que expressem por escrito o consentimento para se sujeitarem a qualquer ato médico ou tratamento que lhes seja proposto.

## NORMA XI

### Listas de Espera

1. Havendo vaga, a admissão é feita imediatamente após a decisão da Direção. Não havendo vaga, no imediato, fica o idoso inscrito em lista de espera registada em livro ou ficheiro próprio, sendo-lhe enviado carta a referenciar essa situação, os critérios de ponderação, bem como a posição na lista de espera.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

2. A decisão da admissão é da competência da Direção da Associação Humanitária de Salreu, que, para o efeito, terá designadamente em consideração os resultados da avaliação Técnica, resultante da avaliação feita para a Lista da hierarquização de candidatas, tendo em conta os critérios de admissão.

## CAPÍTULO III

### INSTALAÇÕES E REGRAS DE FUNCIONAMENTO

#### NORMA XII

##### Instalações

1. A Associação Humanitária de Salreu está sediada na Rua da Associação Humanitária de Salreu, nº8, em Salreu e as suas instalações são compostas por:

##### Rés-do-chão:

1. Possui um refeitório e uma cozinha que serve todas as respostas sociais;
2. Um átrio que distribui para a Sala de Registos das Colaboradoras, Sala de Reuniões da Direção, um quarto duplo para situações temporárias, uma sala de convívio, dois WC's para visitas e para a Direção, 2 WC's para utentes do sexo masculino e dois WC's para utentes do sexo feminino (todos devidamente preparados com as devidas ajudas técnicas), a sala da Secretaria, Receção, sala da Direção Técnica, Gabinete Médico, Lavandaria, WC da Lavandaria e Sala das Caldeiras.

##### No 1º andar:

1. Possui um átrio onde está a nossa biblioteca, sala de atividades diversas, sala de arrumos de material de higiene do idoso e dos quartos, sala de estar, sala de fisioterapia e separados por duas alas, os 19 quartos com wc's privativos dos residentes.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## NORMA XIII

### Horários de Funcionamento

O horário de funcionamento é de 24 horas por dia. No entanto os sectores de trabalho distinguem-se, também, por diferenças de atendimento:

- Secretaria – 9:30 – 13:00 e das 14:00 – 18:00 (de segunda a sexta-feira)
- Direcção Técnica – das 9:00 – 13:00 e das 14:00 – 17:00 (de segunda a sexta-feira)
- Animação sociocultural – das 9:30 – 18:00 (sendo realizado por duas animadoras que permitem este funcionamento seguido de segunda a sexta feira, excetuando dias de feriados e fins de semana em que estejam programadas actividades)
- Enfermagem – das 9:00 -13:00 e das 14:00 – 17:00
- Nutricionista - das 9:00 -13:00 e das 14:00 – 17:00
- Fisioterapia – das 9:00 -13:00 e das 14:00 – 17:00
- Motoristas - das 7:30 – 21:00 (de acordo com o referido para as animadoras socioculturais)
- Cozinha – das 7:30 – 20:00 (sem interregno semanal)

## NORMA XIV

### Entrada e Saída de Visitas

As visitas efetuam-se das 10 horas às 18 horas, de segunda a domingo, embora com prévio aviso, e não perturbando o normal funcionamento, poderá excecionalmente haver outro horário, sempre com a prévia aprovação da Direcção Técnica.

As visitas aos utentes devem, por via de regra, processar-se entre as 10 e as 18 horas nas salas de convívios ou nos quartos de cada utente.

Tendo em conta os interesses do utente, o(a) Diretor(a) Técnico(a), sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços, pode acordar qualquer outro regime de visitas que se mostre adequado ao incremento dos laços afetivos com familiares e amigos.

Por razões de segurança e ou do foro médico, quer os utentes, quer as suas visitas devem abster-se de trazer quaisquer alimentos do exterior, sem conhecimento e assentimento da Direcção Técnica da ERPI.

É interdita aos utentes ou suas visitas a introdução na ERPI de quaisquer bebidas alcoólicas.

As famílias dos utentes devem proceder ao seu acompanhamento sistemático, quer através de visitas regulares e de contatos periódicos com os responsáveis da ERPI, quer mediante o respetivo acolhimento nas suas residências, designadamente, aos fins-de-semana ou ainda em gozo de férias.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

Os visitantes são sempre identificados à chegada à instituição, sendo solicitado um documento de identificação (exclui-se os familiares diretos), que fica à guarda dos colaboradores, durante a visita. Ao visitante é entregue um cartão com o nome do utente que visita.

## NORMA XV

### Pagamento da Mensalidade

1. O pagamento da mensalidade/comparticipação é efetuado no seguinte período: do dia 1 ao dia 10 de cada mês, das 9:30 às 13 horas e das 14:00 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, na Secretaria da Instituição.
2. A participação familiar, bem como os consumos ou despesas realizadas e naquela não incorporada, deve ser paga mensalmente, contra recibo, nos serviços administrativos da Associação Humanitária de Salreu, vencendo-se a primeira no momento da celebração do contrato de alojamento ou da admissão na ERPI e as restantes até ao dia dez de cada mês a que disserem respeito.
3. A participação familiar é paga pelo utente.
4. Poderá ser solicitado aos familiares e ou responsáveis pelo utente, uma participação adicional, no apoio das despesas do utente, sempre tendo em consideração as capacidades financeiras dos mesmos, que deverá ser lavrado em contrato de prestação de serviços.
5. O prazo disposto no nº 1 pode ser alargado por acordo entre as partes, designadamente, de forma a envolver a responsabilidade da família do utente no pagamento ou a fixar critérios e prazos diferenciados de cumprimento.
6. O atraso no pagamento da participação, desde que imputável culposamente ao utente ou aos seus familiares, implica o pagamento de uma compensação correspondente a 10% do montante em dívida, sem prejuízo de quaisquer outras sanções fixadas no presente regulamento.

## NORMA XVI

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## Tabela de Comparticipações/Preçário de Mensalidades

### Sustentabilidade Financeira

1. O custo de funcionamento da ERPI da Associação Humanitária de Salreu é suportado, de forma interdependente e equitativa, pelos utentes e suas famílias, pela própria instituição e pelo Estado.
2. Aos utentes e suas famílias cumpre suportar os encargos do alojamento do utente na ERPI, tendo em conta as respetivas possibilidades e a necessidade de incrementar desejáveis mecanismos de solidariedade entre os agregados com mais e com menos recursos.
3. À Associação Humanitária de Salreu, cumpre mobilizar para a ERPI os recursos próprios disponíveis e aqueles que lhe advenham por virtude da celebração de acordos de cooperação com o Estado ou outras entidades públicas, sociais e privadas, por forma a alcançar a indispensável sustentabilidade financeira do equipamento.

A comparticipação devida pelo alojamento, aí incluída a alimentação e a prestação de cuidados de higiene e de conforto, bem como a assistência sanitária, aqui abreviadamente designada por comparticipação familiar, é determinada de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar de cada utente.

### Quantificação

1. O montante da comparticipação familiar será o correspondente à aplicação da percentagem de 75% a 90% (de acordo com o grau de dependência do utente) sobre o rendimento “per capita” do agregado familiar do utente.
2. A Comparticipação do utente é calculada de acordo com as normas em vigor e deve acrescer uma comparticipação dos seus descendentes ou outros a quem a lei obrigue à prestação de alimentos, estabelecida de acordo com a sua capacidade económica e financeira e mediante outorga de acordo escrito.

### Cálculo de rendimento “per capita”

O cálculo do rendimento “per capita” do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = \frac{RAF/12 - D}{N}$$

Sendo:

RC= Rendimento “per capita” mensal

RAF= Rendimento mensal líquido do agregado familiar (anual ou anualizado)

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

D= Despesas mensais fixas

N= Número de elementos do agregado familiar.

#### **4. Rendimentos do agregado familiar**

4.1. Para efeitos de determinação do montante de rendimento do agregado familiar (RAF), consideram-se os seguintes rendimentos:

- a) Do trabalho dependente;
- b) Do trabalho independente - rendimentos empresariais e profissionais;
- c) De Pensões;
- d) De Prestações sociais (exceto as atribuídas por encargos familiares e por deficiência);
- e) Bolsas de estudo e formação (exceto as atribuídas para frequência e conclusão, até ao grau de licenciatura);
- f) Prediais;
- g) De capitais;
- h) Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo Tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida).

4.1.1. Para os rendimentos empresariais e profissionais no âmbito do regime simplificado é considerado o montante anual resultante da aplicação dos coeficientes previstos no Código do IRS ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e de serviços prestados.

4.1.2. Consideram-se rendimentos para efeitos da alínea c), no ponto 4.1., as pensões de velhice, invalidez, sobrevivência, aposentação, reforma, ou outras de idêntica natureza, as rendas temporárias ou vitalícias, as prestações a cargo de companhias de seguros ou de fundos de pensões e as pensões de alimentos.

## REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

4.1.3. Consideram-se rendimentos prediais os rendimentos definidos no artigo 8.º do Código do IRS, designadamente, as rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos, pagas ou colocadas à disposição dos respetivos titulares, bem como as importâncias relativas à cedência do uso do prédio ou de parte dele e aos serviços relacionados com aquela cedência, a diferença auferida pelo sublocador entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio, à cedência do uso, total ou parcial, de bens imóveis e a cedência de uso de partes comuns de prédios.

4.1.3.1. Sempre que desses bens imóveis não resultem rendas, ou destas resulte um valor inferior ao determinado nos termos do presente ponto, deve ser considerado como rendimento o montante igual a 5 % do valor mais elevado que conste da caderneta predial atualizada ou de certidão de teor matricial, emitida pelos serviços de finanças competentes, ou do documento que haja titulado a respetiva aquisição, reportado a 31 de dezembro do ano relevante.

4.1.3.2. O disposto no ponto anterior não se aplica ao imóvel destinado a habitação permanente do requerente e do respetivo agregado familiar, salvo se o seu valor patrimonial for superior a 390 vezes o valor do Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), situação em que é considerado como rendimento o montante igual a 5 % do valor que exceda aquele limite.

4.1.4. Consideram-se rendimentos de capitais, os rendimentos definidos no artigo 5.º do Código do IRS, designadamente, os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros, sem prejuízo do disposto no ponto seguinte.

4.1.5. Sempre que os rendimentos referidos no ponto anterior sejam inferiores a 5 % do valor dos créditos depositados em contas bancárias e de outros valores mobiliários, de que o requerente ou qualquer elemento do seu agregado familiar sejam titulares em 31 de dezembro do ano relevante, considera-se como rendimento o montante resultante da aplicação daquela percentagem.

4.2. Para apuramento do montante do rendimento do agregado familiar consideram-se os rendimentos anuais ou anualizados.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## **5. Despesas fixas do agregado familiar**

5.1. Para efeitos de determinação do montante de rendimento disponível do agregado familiar, consideram-se as seguintes despesas fixas:

- a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido;
- b) Renda de casa ou prestação devida pela aquisição de habitação própria e permanente;
- c) Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona de residência;
- d) Despesas com saúde e a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica.

5.2. Para além das despesas referidas em 5.1., a comparticipação dos descendentes e outros familiares, na resposta social ERPI, é considerada, também, como despesa do respetivo agregado familiar.

5.3. Ao somatório das despesas referidas nas alíneas b), c) e d) do ponto 5.1. podem as instituições estabelecer um limite máximo do total das despesas a considerar, salvaguardando que o mesmo não seja inferior à RMMG. Nos casos em que essa soma é inferior a RMMG, é considerado o valor real da despesa.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## **7. Prova dos rendimentos e das despesas fixas**

7.1. A prova dos rendimentos do agregado familiar é feita mediante a apresentação da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação e outros documentos comprovativos da real situação do agregado.

7.1.1. Sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, e após efetuarem as diligências que considerem adequadas, podem as instituições convencionar um montante de comparticipação familiar até ao limite da comparticipação familiar máxima.

7.1.2. A falta de entrega dos documentos a que se refere o ponto 7.1., no prazo concedido para o efeito, determina a fixação da comparticipação familiar máxima.

7.2. A prova das despesas fixas do agregado familiar é efetuada mediante a apresentação dos respetivos documentos comprovativos.

## **8. Montante máximo da comparticipação familiar**

8.1. A comparticipação familiar máxima, calculada nos termos das presentes normas, não pode exceder o custo médio real do utente verificado na resposta social, no ano anterior, salvo se outra solução resultar das disposições legais, instrumentos regulamentares e outorgados entre as entidades representativas das Instituições e o Ministério responsável por esta área.

8.2. O disposto no ponto 8.1. não é aplicável no caso da ERPI, dado que nesta resposta social não é aplicado um montante máximo de comparticipação familiar.

8.3. Considera-se custo médio real do utente aquele que é calculado em função do valor das despesas efetivamente verificadas no ano anterior com o funcionamento da resposta social, atualizado de acordo com o índice de inflação, e do número de utentes que frequentaram a resposta social nesse ano.

8.3.1. Tratando-se de respostas sociais a iniciar a atividade, os fatores a considerar para determinação do custo médio real do utente são as despesas orçamentadas e o número de utentes previstos para o ano correspondente.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## 9. Redução da comparticipação familiar

Haverá lugar a uma redução de 10% na comparticipação familiar mensal quando o período de ausência, devidamente fundamentado, exceda 15 dias seguidos.

## 10. Revisão da comparticipação familiar

10.1. As comparticipações familiares, em regra, são objeto de revisão anual, a efetuar no início do ano letivo ou no início do ano civil.

10.2. Por alteração das circunstâncias que estiveram na base da definição da comparticipação familiar de determinado agregado familiar pela utilização de uma resposta social, designadamente, no rendimento *per capita* mensal, podem as instituições proceder à revisão da respetiva comparticipação.

11. A Direcção da Associação Humanitária de Salreu, sob proposta da Direcção Técnica da ERPI, pode reduzir o valor, suspender ou dispensar o pagamento da comparticipação familiar, sempre que, através da análise sócio-económica do agregado familiar, conclua pela sua especial onerosidade.

12. Em caso de alteração à tabela/preçário em vigor, serão os utentes e/ou os seus familiares informados com o aviso prévio de 1 mês, sendo esse aumento de acordo com a subida da taxa de inflação, o qual será reduzido a escrito por adenda ao Contrato de Prestação de Serviços.

## NORMA XVII

### Refeições

1. Os horários das refeições e das visitas devem constar de documento escrito e exposto em local adequado;
2. As dietas dos utentes, sempre que prescritas pelo médico e nutricionista, são de cumprimento obrigatório;
3. A ERPI providencia por uma alimentação adequada e saudável aos utentes.
4. As refeições, por via de regra, são servidas no refeitório.
5. Em casos de incapacidade ou de anormal incomodidade, as refeições poderão ser servidas no leito ou em qualquer outro lugar que a ERPI julgue conveniente e adequado.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

6. A ERPI elabora e afixa em local próprio, semanalmente, o mapa de ementas das refeições principais.
7. O horário normal das refeições é o seguinte:
  - a) Pequeno-almoço das 08:00h às 09:00h
  - b) Almoço das 12:00h às 13:00h
  - c) Lanche das 16:00 às 16:30h
  - d) Jantar das 19:00h às 20:00h
  - e) Ceia às 22 horas

## NORMA XVIII

### Regras de Funcionamento

São regras desta Instituição:

1. A ERPI é dirigido por um(a) Diretor(a) Técnico(a) que será responsável pelo funcionamento dos serviços e pelo cumprimento das normas do presente regulamento e das diretivas e instruções da Direção da Associação Humanitária de Salreu.
2. O(A) Diretor(a) Técnico(a) deve ser substituído, nas suas ausências por um dos elementos do quadro de pessoal, indicado pela Direção da Associação Humanitária de Salreu. O(A) Diretor(a) Técnico(a) deve ser licenciado(a), preferencialmente na área das Ciências Sociais e Humanas.
3. Os utentes devem comunicar ao(à) Diretor(a) Técnico(a) sempre que pretendam ausentar-se da Instituição.
4. A passagem de serviço de turno para turno deve ser feita, por escrito, em livro próprio - Registo Individual do Utente (Registo das AAD's).
5. A prestação de serviços deve ser reduzida a contrato escrito entre a Instituição e o utente/ família;
6. Os familiares ou pessoas mais próximas dos idosos, serão contactados quando se justificar: por motivos de inadaptação, por manifestação do utente, por problemas de saúde ou falecimento, etc.
7. Se o idoso não tiver familiares ou alguém que se interesse por ele, e no caso de surgir qualquer complicação, do foro da saúde (internamento em centro hospitalar, exames médicos, etc.), ou falecimento, a responsabilidade de proceder às medidas necessárias será assumida pela IPSS.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

8. Os utentes da ERPI dispõem de liberdade de deslocação dentro e fora do Instituição, à exceção das zonas de serviço.
9. As saídas devem processar-se pela portaria e, salvo circunstâncias excepcionais ou motivos de urgência, no horário estabelecido para o respectivo funcionamento.
10. A portaria da Instituição mantém-se aberta das 10:00h às 18:00h.
11. A Direção da ERPI pode condicionar as saídas dos utentes em situação de incapacidade física ou de anomalia psíquica à satisfação de condições de segurança pessoal.
12. Por razões de segurança e/ou do foro médico, quer os utentes, quer as suas visitas devem abster-se de trazer quaisquer alimentos do exterior, sem conhecimento e assentimento da Direção Técnica da ERPI.
13. Os utentes da ERPI podem comunicar com o exterior, nomeadamente por via telefónica ou internet, e receber visitas de familiares ou amigos, nos termos expressos no presente regulamento;
14. As Despesas das comunicações realizadas pelos utentes, ou ao seu serviço, são por estes suportadas.

## **Regras específicas de convivência e segurança**

Cada utente deverá tomar em devida nota que lhe é, nomeadamente, interdito:

1. O consumo de medicamentos sem prescrição médica;
2. O uso de aparelhos de rádio, televisão ou quaisquer outros de forma a incomodar terceiros, muito especialmente, durante o período de descanso noturno.
3. O uso de botijas e cobertores eléctricos, aquecedores e outros aparelhos que possam perigar a segurança das pessoas e das instalações;
4. Fumar dentro da ERPI;
5. Fazer-se acompanhar de animais domésticos;
6. Ser portador de qualquer arma ou instrumento que, como tal, possa ser utilizado.

## **Roupas Pessoais**

1. No que concerne às roupas pessoais, os utentes são vivamente aconselhados a seguir as seguintes instruções:
  - a) A roupa pessoal deve conter marca individualizada que permita a respetiva identificação.
  - b) O utente deve organizar um rol das suas peças pessoais, o qual deverá ser entregue

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

ao(à) Director(a) Técnico(a), sendo que a ERPI não se responsabiliza pelo eventual extravio de qualquer artigo que não esteja devidamente marcado ou que não tenha sido arrolado.

2. A lavagem e o tratamento da roupa pessoal dos utentes, salvo quando exija técnicas especiais de limpeza, é realizada gratuitamente pelos serviços de lavandaria da Associação Humanitária de Salreu.
3. Exclui-se do disposto no número anterior, as peças pessoais, sejam de roupa, de cama, de mesa ou, ainda, de adorno, desde que tenham particular valor patrimonial ou estimativo.
4. O manuseamento da roupa pessoal dos utentes por parte dos respetivos familiares ou visitas deverá ser objeto de prévia autorização do(a) Encarregado(a) de Setor e na ausência deste à(ao) Chefe de Equipa de cada grupo de trabalho, .

## NORMA XIX

### Passeios ou Deslocações

1. Em qualquer situação de saída, será sempre enviada a informação aos significativos, no sentido destes tomarem conhecimento.
2. Será sempre explicado na informação o local, a hora de partida, os objetivos e a provável hora de chegada às instalações da Associação Humanitária de Salreu.
3. A ERPI, por si ou em cooperação com quaisquer instituições, públicas, sociais ou privadas, procurará proporcionar a satisfação das necessidades de lazer e de quebra de rotinas essenciais ao equilíbrio e bem-estar físico, psicológico e social dos seus utentes, desenvolvendo iniciativas propiciadoras do convívio e atividades de animação e de ocupação dos tempos livres, compreendendo, entre outras, deslocações e visitas culturais e recreativas, a realização de colónias de férias e o encaminhamento e apoio ao tratamento termal.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

4. As condições e os critérios de participação nas atividades a que se reporta o número anterior são definidas caso a caso, sem prejuízo do particular apoio a prestar aos utentes em situação de vulnerabilidade económica ou dependência funcional, em ordem a garantir a igualdade de oportunidades de acesso às ações desenvolvidas.

## NORMA XX

### Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal desta Instituição prestadora de serviços encontra-se afixado em local bem visível, contendo a indicação do número de recursos humanos (direção técnica, equipa técnica, pessoal auxiliar, estagiários e voluntários), formação e conteúdo funcional, definido de acordo com a legislação/normativos em vigor.

#### Diretor(a) Técnico(a):

1. Dirigir o funcionamento da Instituição dentro das regras definidas pela Direção da Instituição, coordenando e supervisionando as atividades do restante pessoal;
2. Receber e atender os utentes e/ou significativos no ato da candidatura;
3. Efetuar a avaliação das necessidades e expectativas iniciais dos utentes no momento da admissão;
4. É responsável pela integração e planeamento da fase de acolhimento do utente, com a equipa técnica;
5. Criar condições que garantam um clima de bem estar aos utentes, no respeito pela sua privacidade, autonomia e participação dentro dos limites das suas capacidades físicas e cognitivas;
6. Solicitar aos serviços competentes, nomeadamente à Segurança Social, seu interlocutor privilegiado, esclarecimentos de natureza técnica inerentes ao funcionamento, tendo em vista a sua melhoria;
7. Promover reuniões de trabalho com os utentes e com o pessoal, dispensando especial atenção à questão do relacionamento (inter-pessoal) prevenindo a conflitualidade e reforçando a auto-estima de todos os intervenientes na vida da Instituição;
8. Auscultar o pessoal no que respeita à sua formação e propor ações de acordo com as necessidades e interesse manifestado(s);

## REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

9. Fomentar a participação dos idosos na vida diária do Instituição;
10. Elaborar o horário de trabalho do pessoal, em parceria com a Encarregada de Pessoal e na falta desta com a Responsável de Serviços Gerais;
11. Propor a admissão de pessoal, sempre que o bom funcionamento do serviço o exija;
12. Propor a contratação eventual de pessoal, na situação de faltas prolongadas de pessoal efectivo;
13. Propor à Direção a aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento do estabelecimento, bem como a realização de obras de conservação e reparação sempre que se tornem indispensáveis;
14. Colaborar na definição de critérios justos e objectivos para a avaliação periódica da prestação de serviço do pessoal, com vista à sua promoção, baseada na avaliação periódica efetuada pela encarregada de pessoal;
15. Elaborar o mapa de férias do pessoal;
16. Receber, registar e analisar as sugestões, queixas e reclamações dos clientes e dar-lhes o devido andamento;
17. Manter a Direção da Associação Humanitária de Salreu informada sobre o andamento geral dos serviços e pronunciar-se sobre todas as questões atinentes ao Lar e aos seus clientes que aquela submeta à sua apreciação;
18. Autorizado(a) pela Direção, estabelecer as parcerias locais possíveis, por forma a rentabilizar os recursos existentes, abrindo a Instituição à comunidade, introduzindo a flexibilidade necessária e adequando as respostas às suas reais necessidades;
19. Coordenar estágios profissionais na instituição.
20. Elabora e dinamiza o PI e o PADP, juntamente com a equipa técnica.
21. Responsável pela gestão da Hierarquização de Candidatos.

### **No âmbito do Serviço Social:**

1. Estudar a situação sócio - económica e familiar dos candidatos à admissão, recorrendo, sempre que se justifique, à visita domiciliária;
2. Estudar e propor a comparticipação do utente de acordo com os critérios definidos;
3. Proceder ao acolhimento dos utentes com vista a facilitar a sua integração;

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

4. Organizar e manter atualizado o processo individual de cada utente, fazendo parte do mesmo, para além das peças já referidas, toda a documentação de carácter confidencial. Apenas o pessoal técnico deverá ter acesso a este ficheiro;
5. Fomentar e reforçar as relações entre os utentes, os familiares, os amigos e a comunidade em geral;

## **Animador(a) sociocultural:**

1. Organizar, coordenar e/ou desenvolver atividades de animação e desenvolvimento sociocultural, com vista à implementação da autonomia e desenvolvimento psicossocial do utente.
2. Elaborar o plano anual de atividades com a participação de outros técnicos e dos próprios utentes, efetuando a sua avaliação, com vista à correção de objetivos não concretizados;
3. Incentivar a organização de atividades abertas à comunidade, fomentando a interação entre as diversas instituições sobretudo ao nível do concelho;
4. Fomentar a participação dos idosos na vida diária da Instituição.

## **Encarregado(a) de Setor**

1. Coordenar e orientar as atividades de forma a manter o bom funcionamento dos cuidados prestados aos utentes;
2. Coordenar e distribuir o pessoal do sector de acordo com as necessidades dos serviços;
3. Verificar o desempenho das tarefas atribuídas;
4. Zelar pelo cumprimento das regras de segurança e higiene no trabalho;
5. Requisitar produtos indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços, entregando à Responsável dos Serviços Gerais para validação e entrega na Secretaria;
6. Verificar periodicamente os inventários e as existências e informar superiormente das necessidades de aquisição, reparação ou substituição dos bens ou equipamento, validados pela Responsável dos Serviços Gerais;
7. Elaborar os registos dos utentes, bem como os registos de ocorrências diárias durante o seu turno, para a enfermagem e direção técnica;
8. Administrar medicamentos nas horas prescritas e segundo instruções recebidas pelo Gabinete Médico;
9. Colaborar na organização e elaboração dos mapas semanais de trabalho.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## Ajudante de Ação Direta:

1. Trabalhar diretamente com os utentes, quer individualmente, quer em grupo, tendo em vista o seu bem-estar;
2. Proceder ao acompanhamento diurno e ou noturno dos utentes, dentro e fora da Instituição e serviços, guiando-os e auxiliando-os;
3. Assegurar a alimentação e hidratação regular dos utentes;
4. Prestar cuidados de higiene e conforto aos utentes e colaborar na prestação de cuidados de saúde que não requeiram conhecimentos específicos, nomeadamente, aplicando cremes medicinais, executando pequenos pensos e administrando medicamentos, nas horas prescritas e segundo as instruções recebidas, de acordo com o Gabinete Médico e delegados pela chefe de equipa;
5. Substituir as roupas de cama e da casa de banho, bem como o vestuário dos utentes, proceder ao acondicionamento, arrumação, distribuição, transporte e controlo das roupas lavadas e à recolha de roupas sujas e sua entrega na lavandaria, em caso de ausência das auxiliares da lavandaria;
6. Conduzir, se habilitado, as viaturas da instituição.
7. Executar os cuidados de higiene e conforto aos utentes;
8. Distribuir as refeições aos utentes;
9. Responsabilizar-se pela organização dos quartos;
10. Colaborar nas actividades de animação/ocupação dos utentes, sob a orientação das animadoras socioculturais;
11. Distribuir e arrumar as roupas dos utentes;
12. Acompanhar os utentes a consultas ou deslocações ao exterior;
13. Desempenhar outras tarefas atribuídas pela Encarregada de Setor

## Enfermeiro(a):

1. Prestar cuidados de enfermagem aos doentes;
2. Coordenar os serviços de terapias;
3. Administrar os medicamentos e tratamentos prescritos pelo médico, de acordo com normas de serviço e técnicas reconhecidas na profissão;
4. Colaborar com os médicos e outros técnicos de saúde no exercício da sua profissão;
5. Coordenar estágios profissionais na área da saúde;

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

6. Acompanhar os doentes a consultas e exames médicos.
7. Supervisionar e assegurar o stock do material médico e medicamentoso do Gabinete Médico, fazendo face às necessidades da instituição, submetendo o mesmo à apreciação superior do Presidente da Direção;
8. Assegurar o envio do material de enfermagem para esterilização;
9. Responsável pelo acondicionamento dos resíduos hospitalares nos contentores específicos para o efeito;
10. Responsável por orientar e supervisionar o trabalho das(os) Chefes de Equipa e Encarregado(a) de Setor, de acordo com a sua área.

## Auxiliar de Serviços Gerais

1. Colaborar e auxiliar nas atividades dos cuidados aos idosos, de acordo com orientação da chefe de equipa;
2. Proceder à limpeza e arrumação das instalações;
3. Assegurar o transporte de alimentos e outros artigos;
4. Servir refeições em refeitórios;
5. Desempenhar outras tarefas não específicas que se enquadrem no âmbito da sua categoria profissional.

## Escriturário(a)

1. Assegurar todos os serviços inerentes à sua função bem como preservar o bom funcionamento das áreas de responsabilidade quer administrativa, quer financeiramente, dentro do maior sigilo profissional;
2. Receber o correio, registá-lo e enviá-lo para Despacho da Direção;
3. Elaborar relatórios, correspondência diversa, bem como Mapas de Gestão;
4. Arquivar toda a documentação recebida e expedida mantendo em ordem todos os processos no arquivo geral;
5. Tratar as informações recebidas e transmitir aos superiores hierárquicos

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

6. Elaborar o correio emitido pelos serviços e proceder ao seu envio para os diversos destinatários;
7. Receber as inscrições de candidatos a emprego nos dias indicados para o efeito e arquivar em dossier próprio.
8. Remeter para o Gabinete de contabilidade toda a documentação, quer receita, quer despesas para contabilização;
9. Gerir o economato necessário à instituição.

## **Tesouraria:**

1. Movimentar e controlar o fundo de maneo para liquidar os pequenos movimentos urgentes de caixa diário;
2. Elaborar os recibos das mensalidades dos utentes;
3. Receber todas as verbas de receita da instituição;
4. Depositar todos os movimentos recebidos em conta da instituição e deposita na conta bancária da mesma;
5. De acordo com os recibos de vencimento enviados pela contabilidade, proceder ao pagamento dos respetivos vencimentos, quer em numerário, quer em Cheque ou por transferência bancária;
6. Elaborar as encomendas quer do material necessário ao funcionamento da instituição quer dos géneros alimentícios a serem consumidos na instituição. Encomendar, conferir e guardar em armazém todos os produtos de higiene e limpeza.
7. Distribuir o material de Higiene e limpeza pelos serviços e controlar por requisição a sua saída do armazém;
8. Receber todas as faturas dos fornecedores, conferir e enviar para o diretor responsável a fim de obter a respetiva autorização de pagamento;
9. Proceder ao pagamento das faturas, depois de obtida a respetiva autorização de pagamento
10. Mensalmente elaborar relatório dos movimentos e enviar para o tesoureiro e presidente da direção

## **Transportes:**

1. Coordenar os transportes (saídas das carrinhas);
2. Programar todos os serviços inerentes à secretaria e tesouraria, relacionados com os transportes;
3. Elaborar com os diversos serviços o mapa de transportes para consultas, exames médicos ou saídas organizadas pelas respostas;
4. Garantir a gestão das inspeções periódicas e manutenção dos veículos, por informação dos motoristas, por forma a garantir todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento (inclui atualização de seguros e restante documentação do veículo).

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## Cozinheiro(a)

1. Utilizar as técnicas e os procedimentos do serviço de refeições, supervisionando e zelando pelo bom funcionamento da cozinha;
2. Preparar, temperar e cozinhar os alimentos destinados às refeições em função da ementa estabelecida: entradas, pratos principais, sobremesas;
3. Colaborar na confeção das ementas;
4. Receber os víveres e outros produtos necessários à sua confeção, sendo responsável pela sua conservação;
5. Amanhar o peixe, preparar os legumes e a carne e proceder à execução das operações culinárias;
6. Executar ou zelar pela limpeza da cozinha e arrumação dos espaços, equipamentos e utensílios do serviço, verificando as existências e controlando o seu estado de conservação, na ausência da responsável dos serviços de refeições e nutrição;
7. Empratar a comida destinada aos utentes.

## Ajudante de Cozinha

1. Trabalhar sob as ordens de um cozinheiro, auxiliando-o na execução das suas tarefas;
2. Limpar e cortar legumes, carnes, peixe ou outros alimentos;
3. Preparar guarnições para os pratos;
4. Executar e colaborar nos trabalhos de arrumação e limpeza da sua secção;
5. Colaborar no serviço de refeitório.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## Motorista

1. Conduzir veículos automóveis pertencentes à instituição, seguindo percursos estabelecidos e atendendo à segurança e comodidade dos mesmos. Percorrer os circuitos estabelecidos de acordo com os horários estipulados, regular a sua velocidade tendo em atenção o cumprimento dos horários, zelar pela boa conservação e limpeza do veículo, verificar os níveis de óleo e água;
2. Realizar trabalho destinado pelos Serviços Administrativos;
3. Tem a obrigatoriedade de verificar e manter em ordem as inspeções periódicos e extraordinárias dos veículos, de acordo com a necessidade dos mesmos.

## Fisioterapeuta

1. Prestar cuidados de fisioterapia aos utentes;
2. Examinar os diagnósticos médicos, com o objetivo de formar a sua própria avaliação do caso e propor um programa de trabalho. Este envolverá mobilizações articulares e exercícios que contribuem para a recuperação das lesões musculares e/ou articulares e para uma boa morfologia.
3. Atuar na área do tratamento e prevenção de disfunções orgânicas causadas por doença ou acidente, trabalhando em estreita ligação com o médico, enfermeiro e terapeuta ocupacional.
4. Tratamento e recuperação de idosos nas áreas de reumatologia, neurologia, ortopedia/traumatologia e condições cardio-respiratórias.

## Terapeuta Ocupacional

1. Promover a intervenção Psicomotora com vista a prevenção e/ou melhoria das capacidades psicomotoras dos utentes;
2. Intervenção no domínio motor, na promoção do exercício físico, manutenção/ melhoria das capacidades motoras globais e finas, melhoria da resistência cardiorrespiratória, do esquema corporal, da autonomia nas AVD's;

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

3. No domínio cognitivo, a estimulação de orientação espaço-temporal, estimulação da atenção e concentração, do processamento informacional, estimulação da memória, do raciocínio e pensamento abstrato, da linguagem e comunicação;
4. Desenvolvimento relacional/psicoafectivo: promoção da autoestima e autoconceito, da sociabilização, de competências sociais, e do bem-estar e qualidade de vida.

## Nutricionista

1. Organizar, planificar e coordenar as tarefas relativas ao serviço de nutrição e de refeições, de acordo com as necessidades dos utentes;
2. Estudar os alimentos e a sua interação com os seus processos metabólicos e interação com a doença e a saúde a nível individual. Propõe a aplicação de uma política nutricional para promover o desenvolvimento da alimentação e a melhoria da qualidade de vida, tem a seu cargo a elaboração de ementas e a supervisão das inspeções sanitárias e análise do processamento dos alimentos, dos equipamentos usados e da qualidade do produto;
3. Faz a avaliação nutricional dos utentes individualmente;
4. Organizar, coordenar, dirigir e verificar os trabalhos de cozinha;
5. Elaborar as ementas, tendo em atenção a natureza e o número de pessoas a servir, os víveres existentes ou suscetíveis de aquisição e requisita os géneros alimentares de que necessita para a sua confeção; respeitando as diferentes dietas dos utentes;
6. Dar instruções ao pessoal de cozinha sobre a preparação e confeção dos pratos, tipos de guarnição e quantidades a servir;
7. Acompanhar o andamento dos cozinhados e assegurar-se da perfeição dos pratos e da sua concordância com o estabelecido;
8. Verificar a ordem e a limpeza de todas as secções do pessoal da cozinha e mantém em dia o inventário de todo o material de cozinha;

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

9. Ser responsável pela conservação dos alimentos entregues na cozinha;
10. Ser responsável pelo aprovisionamento da cozinha e pela elaboração do registo diário dos consumos;
11. Ser responsável pelo cumprimento das dietas;
12. Ser responsável por fazer cumprir as regras de HACCP;
13. Ser responsável pelo controlo de existência de alimentos e inventário de existência e controlo de stocks;
14. Ser responsável pela supervisão das inspeções sanitárias e análise do processamento dos alimentos, dos equipamentos usados e da qualidade do produto;
15. Ser responsável pela receção, acondicionamento e controle dos produtos alimentares e dos equipamentos utilizados na cozinha.

## NORMA XXI

### Direção Técnica

A Direção Técnica desta Instituição/estrutura prestadora de serviços compete a um técnico, nos termos da convenção coletiva de trabalho e demais legislação laboral em vigor, bem como das orientações técnicas aplicáveis, ser responsável pelo funcionamento dos serviços e pelo cumprimento das normas do presente regulamento e das diretivas e instruções da Direção da Associação Humanitária de Salreu.

O(A) Diretor(a) Técnico(a) deve ser substituído, nas suas ausências pelo(a) Responsável dos Serviços Gerais e que deve ser licenciado na área das Ciências Sociais e Humanas, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível.

## CAPÍTULO IV

### DIREITOS E DEVERES

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## NORMA XXII

### Direitos dos Utentes

#### São direitos dos utentes:

1. O utente tem o direito de usufruir de todas as vertentes que se situem no âmbito das atividades da ERPI;
2. Participar nas atividades, de acordo com os seus interesses e possibilidades;
3. Exigir respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade;
4. Compreensão e afeto;
5. Serem tratadas com imparcialidade, igualdade, respeito e compreensão;
6. Assistência em caso de acidente e aos cuidados necessários em caso de deficiência ou enfermidade;
7. Serem ouvidas pela comunidade da ERPI e ter opinião própria;
8. Frequentar a instituição em perfeitas condições de saúde e higiene;
9. Participar nas atividades promovidas pela instituição;
10. Aos utentes da ERPI é assegurado um tratamento urbano e com integral respeito pela honra e dignidade pessoais, bem como pela reserva da intimidade da vida privada, particularmente no que se refere à confidencialidade no tratamento dos dados pessoais constantes do processo individual;
11. A ERPI providenciará no sentido de os utentes que o solicitem obtenham assistência religiosa, qualquer que seja o credo professado.

## NORMA XXIII

### Deveres dos Utentes

#### São deveres dos utentes:

1. O utente tem o dever de cumprir as regras expressas no Regulamento Interno;
2. Comparticipar nos custos dos serviços prestados, de acordo como estabelecido;
3. Respeitar as regras de comportamento em convívio;
4. Respeitar colegas e amigos, assim como as suas opiniões;
5. Ajudar a conservar o espaço e os equipamentos;

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

6. Abster-se de assumir qualquer comportamento que possa prejudicar a boa organização dos serviços, as condições e o ambiente necessário à eficaz prestação dos mesmos;
7. Respeitar e tratar com urbanidade e solicitude os restantes utentes, a instituição e seus representantes, bem como os trabalhadores e as demais pessoas que estejam ou entrem em relação com a ERPI;
8. Zelar pela conservação e boa utilização dos bens da instituição, particularmente dos que lhes estiverem confiados ou que utilizem de forma exclusiva ou principal;
9. Pagar o montante da comparticipação familiar estabelecida, bem como os consumos efetuados e as despesas realizadas que naquela se não incorporem;
10. Comunicar à Direção Técnica da ERPI, atempadamente, as respetivas saídas e ausências;
11. Participar de modo ativo na vida da Instituição, designadamente, apresentando as sugestões, queixas e reclamações que julguem convenientes, sobre as quais deverá ser prestada resposta ou informação em tempo oportuno;
12. Cumprir e fazer cumprir aos familiares e às visitas as normas do presente regulamento.

## NORMA XXIV

### Direitos da Entidade Gestora da Instituição/Serviço

#### São direitos da entidade gestora da Instituição/serviço:

1. Ser informada relativamente às características e necessidades Biopsicossociais de cada utente;
2. Ter sempre conhecimento atualizado do estado de saúde, da informação médica e da prescrição medicamentosa de cada utente;
3. Dispor de informação considerada necessária relativamente à identificação do utente e do seu significativo, bem como, contatos de familiares;
4. Receber o pagamento, por parte dos utentes/significativos, referente ao Serviço prestado a cada idoso;
5. Reunir com os significativos do utente em ordem à avaliação e adequação da resposta social do equipamento.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## NORMA XXV

### Deveres da Entidade Gestora da Instituição/Serviço

São deveres da entidade gestora da Instituição/serviço:

1. Contribuir para o bem-estar físico – psicossocial dos utentes;
2. Sensibilizar e colaborar com a família/significativos na resolução dos problemas e exigências dos utentes;
3. Apoiar a família/significativos de modo a permitir a conciliação da vida profissional destes com um correto acompanhamento dos utentes;
4. Apoiar os utentes em situação de risco social;
5. Proceder à elaboração do Processo Individual de todos os utentes;
6. Disponibilizar o Regulamento Interno de funcionamento;
7. Respeitar os utentes na sua individualidade, independência/ dependência e formas de estar na vida;
8. Proceder à prestação de todos os serviços que estão previstos para lhe serem prestados, nomeadamente alimentação, participação em atividades, prestação de cuidados de higiene, sessões de expressão físico-motora e musical, atendimento aos significativos e organização de atividades de animação e convívio intergeracional, familiar e social;
9. Proceder à afixação de documentos em local visível e acessível, nomeadamente: mapa de pessoal, horário de funcionamento, Regulamento Interno, Ementas...
10. Facultar o livro de reclamações, sempre que solicitado;
11. Garantir a confidencialidade de todas as informações respeitantes aos utentes.

## NORMA XXVI

### Depósito e Guarda dos Bens dos Utentes

#### Responsabilidade

A Associação Humanitária de Salreu, só se responsabiliza pelos objetos e valores que os utentes entreguem à sua guarda.

#### Depósito e Guarda dos Bens

1. É havido como depósito e guarda dos bens e dos utentes o ato pelo qual um utente da ERPI entrega à Associação Humanitária de Salreu quaisquer objetos ou valores, para que esta os guarde e os restitua, quando exigidos.
2. O depósito é gratuito, não envolvendo nem retribuição do depositário, nem remuneração do depositante

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

pelo depósito efetuado.

3. No caso de o depósito ter por objeto qualquer quantia em dinheiro, a Associação Humanitária de Salreu, constituirá uma conta-corrente (Depósito de valores) relativa a cada utente e dará a adequada expressão contabilística às operações de entrega ou de levantamento, total ou parcial, naquela realizadas, para que seja a todo o momento possível identificar os saldos e verificar a regularidade dos movimentos de que aquele resulta.
4. A entrega e restituição de objetos ou valores depositados pelos utentes deve ser feita, contra-recibo, nos serviços administrativos da Instituição, às horas normais de expediente.
5. Os serviços administrativos da Associação Humanitária de Salreu devem facultar ao interessado ou ao seu representante, com a possível celeridade, todos os elementos relevantes para o controlo da regularidade das operações de entrega e levantamento de fundos.

## NORMA XXVII

### **Interrupção da Prestação de Cuidados por Iniciativa do Utente ou imputáveis ao mesmo**

1. A interrupção da prestação de cuidados por iniciativa do utente é admissível em casos resultantes de doença devidamente comprovada ou de outros motivos relevantes com conhecimento atempado da instituição.
2. As faltas de comparência não justificadas superiores a 30 dias determinam o cancelamento da respetiva inscrição.
3. Quando ocorram situações de doença grave que determinem faltas superiores a 90 dias, a inscrição manter-se-á válida desde que seja assegurado o pagamento de 15% da mensalidade.
4. Independentemente de justa causa de resolução por grave ou reiterado incumprimento contratual da instituição, o utente, por sua iniciativa e a todo o momento, pode pôr termo ao contrato por mera declaração dirigida à Direção da Associação Humanitária de Salreu, com a antecedência mínima de 60 dias.
5. A cessação da prestação de serviços pode ocorrer sempre que:

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

- a) Se verifique um atraso superior a 60 dias no pagamento das participações;
- b) Ocorra qualquer incumprimento das regras evocadas no regulamento interno.

## NORMA XXVIII

### Contrato

Nos termos da legislação em vigor, entre o utente ou seu representante legal e a entidade gestora da Instituição será celebrado, por escrito, um contrato de prestação de serviços.

## NORMA XXIX

### Cessação da Prestação de Serviç os por Facto Não Imputável ao Prestador

O contrato de alojamento caduca, nomeadamente:

1. Verificando-se a impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva de desenvolver a atividade dos equipamentos e serviç os envolvidos na resposta social em referência;
2. Com a dissolução da Associação Humanitária de Salreu, ou com a alteração do seu escopo estatutário para fins incompatíveis com a prestação do serviç o de acolhimento em ERPI;
3. Com a morte do utente ou, salvo acordo em contrário, sempre que o utente se ausente da ERPI por período superior a trinta dias, sem motivo justificado da ausência;
4. Atingido que seja o prazo pelo qual foi estabelecido, no caso de acolhimento temporário.

## Artigo 53 

### Justa causa de suspensão ou resolução

1. A Associação Humanitária de Salreu reserva-se o direito de suspender ou resolver o contrato de alojamento sempre que os utentes, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente regulamento, de forma muito particular, quando ponham em causa ou prejudiquem a boa organização dos serviç os, as condições e o ambiente necessário é eficaz prestação dos mesmos, o são relacionamento com terceiros e a imagem da Instituição.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

2. O contrato de alojamento pode ainda ser suspenso sempre que o utente, designadamente por virtude do agravamento do seu estado de saúde:
  - 2.1. Tenha necessidade de cuidados especiais;
  - 2.2. Seja fator de perturbação do bem-estar dos restantes utentes da ERPI.
3. A decisão de suspender ou resolver o contrato de alojamento é da competência da Direção da Associação Humanitária de Salreu, sob proposta da Direção Técnica da ERPI, após prévia audição do utente e do respetivo agregado familiar, na pessoa de um dos membros, devendo ser-lhes notificada.
4. Salvo expressa indicação de qualquer outra data, a decisão produz efeitos no dia em que seja ou deva ser conhecida do utente.

## NORMA XXX

### Livro de Reclamações

Nos termos da legislação em vigor, esta Instituição possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado a um(a) colaborador(a) da ERPI sempre que desejado.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES FINAIS

## NORMA XXXI

### Alterações ao Regulamento

Nos termos do regulamento da legislação em vigor, os responsáveis da Instituição ou da estrutura prestadora de serviços deverão informar e contratualizar com os utentes ou seus representantes legais sobre quaisquer alterações ao presente regulamento com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito à resolução do contrato a que a estes assiste.

Estas alterações deverão ser comunicadas à entidade competente para o licenciamento/accompanhamento técnico da resposta social.

# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## NORMA XXXII

### Integração de Lacunas

Em caso de eventuais lacunas, as mesmas serão supridas pela entidade proprietária da Instituição/serviço, tendo em conta a legislação/normativos em vigor sobre a matéria. Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Direção da Associação Humanitária de Salreu.

Compete à Direção da Associação Humanitária de Salreu emitir as diretivas e instruções que se mostrem necessárias à execução das normas do presente regulamento.

O foro da comarca de Estarreja será, com exclusão de qualquer outro, o competente para a resolução de eventuais conflitos que possam surgir entre a instituição, seus utentes e respetivos agregados familiares, em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras constantes do presente regulamento.

## NORMA XXXIII

### Disposições Complementares

A Associação Humanitária de Salreu privilegiará formas atuantes de convivência e cooperação com a comunidade envolvente da ERPI, designadamente, com as famílias dos utentes, com outras instituições particulares de solidariedade social, associações culturais, recreativas, económicas, empresas, escolas e ainda com os serviços da Segurança Social e da Saúde, bem como com a autarquia local.

A Associação Humanitária de Salreu procurará garantir a integração de cada utente na vida da ERPI, sensibilizando-o para a necessidade de serem estritamente observadas as regras previstas no presente regulamento, condição indispensável para o Instituição de um sã relacionamento inter-pessoal e institucional, baseado num compromisso constante de respeito mútuo e de solidariedade.

No caso de violação dos deveres consignados no presente regulamento, a Direção Técnica advertirá o utente em falta, intimando-o ao seu cumprimento.

A Associação Humanitária de Salreu poderá encerrar para obras e/ou grandes manutenções, desinfeções ou qualquer outro motivo que determine o encerramento.



# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

---

## NORMA XXXIV

### Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Salreu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

A Direção:

---



# REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL DA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

## DECLARAÇÃO

Recebi um exemplar do regulamento interno Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) da Associação Humanitária de Salreu, cujo conteúdo me foi lido em voz alta e detalhadamente explicado pelo(a) Diretor(a) Técnico(a).

Declaro aceitar as respectivas *regras*, as quais considero para todos os efeitos como cláusulas do contrato de prestação de serviços que nesta data celebro com a Associação Humanitária de Salreu, com vista a ser acolhido naquele supra referenciado equipamento.

Salreu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

B.I. / Cartão do Cidadão Nº \_\_\_\_\_.

Arquivo de Identificação de \_\_\_\_\_,

Data de emissão \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Validade \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_